

“DO PENSAR PARA O MELHOR AGIR”: QUE ÁFRICA OS AFRICANOS QUEREM?*

"From thinking to doing the best": what Africa do Africans want?

Patrícia Godinho Gomes (UFBA)

Informações do artigo

Recebido em 21/06/2018

Aceito em 01/07/2018

doi: 10.25247/2447-861X.2018.n244.p532-567

Resumo

Neste artigo procuro discutir criticamente alguns aspetos ligados às independências dos países africanos conquistadas entre os anos 1960 e os anos 1990 e as ideias subjacentes ao projeto histórico da unidade continental, em particular modo dos países de língua oficial portuguesa, submetidos à colonização portuguesa. Faço-o a partir de reflexões teóricas de intelectuais africanos que marcaram as lutas nacionalistas do século XX, como foi o caso de Amílcar Cabral. O texto parte da concepção de independência e emancipação elaborada por Cabral e procura dialogar com alguns estudiosos da África contemporânea, em particular filósofos, no sentido de compreender o caminho percorrido por africanos na construção e produção de conhecimento sobre o continente e os principais desafios do futuro a partir da visão da "Agenda 2063" e da definição de uma "Agenda Intelectual Africana", numa perspetiva descolonial. O artigo procura localizar as reflexões na realidade da Guiné-Bissau (pátria de Amílcar Cabral) a partir do debate académico sobre temas de género em curso no continente. Por quem e como o conhecimento sobre África é produzido constituem as questões centrais, a partir das quais procuro conduzir as minhas reflexões neste trabalho.

Palavras-chave: Produção de Conhecimento. África. Independências.

Abstract

In this article I try to critically discuss some aspects related to the independence of the African countries reached between the 1960s and the 1990s and the ideas that underpinned the historical project of continental unity, particularly in the Portuguese-speaking countries under Portuguese colonization. I do so from some theoretical reflections of African intellectuals that marked the nationalist struggles of the twentieth century, as was the case of Amílcar Cabral. The text is based on Cabral's conception of independence and emancipation and seeks to dialogue with some contemporary African scholars, in particular philosophers, in order to understand the path taken by Africans in the knowledge construction and production about the continent and the main challenges of the future. It takes into account the "Agenda 2063" vision and the definition of an "African Intellectual Agenda" from a decolonial perspective. Finally, the article looks to locate the reflections on the reality of Guinea-Bissau (Amílcar Cabral's homeland) based on the ongoing African gender academic discussions. For who and how is knowledge on Africa produced? Those are the central questions from which I seek to reflect on the theme.

Keywords: Knowledge production. Africa. Independence.

* O presente texto constitui uma versão ampliada da conferência da autora na abertura na "Semana da África" da Universidade Federal de Goiás-UFG, proferida em 30 de maio 2017.

A(s) independência(s) africana(s): do pensar ao agir

Cinquenta e cinco anos representam tempo relativamente suficiente para realizar um balanço lúcido e fazer uma avaliação objetiva do percurso histórico, político, cultural e socioeconómico dos países africanos no período pó-independência. Considero, antes de mais, que esse período não pode ser visto como “tempo perdido” e inútil e tampouco como um suceder de fracassos e de prejuízos imputáveis ao continente africano. Foi, antes, uma fase de experiências, encontros, convívio, buscas, autodescoberta e de aquisição de conhecimento. Os cinquenta e cinco anos que se sucederam à conquista das independências políticas africanas foram também caracterizados pelas descobertas de potencialidades e de recursos, de limitações e carências, de debilidades e perversões.

A Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 25 de Maio de 1963 em Adis Abeba, foi fundamental na luta contra o colonialismo e contra os conflitos africanos entre os anos 60 e os anos 90 do século XX. No entanto, nesse tempo da sua constituição impõe-se refletir profundamente sobre as conquistas e as dificuldades do continente africano, sobre as capacidades e as fraquezas da OUA/UA, criada com o propósito de promover a Agenda Pan-africana de carácter tridimensional: independência política, autonomia económica e solidariedade na promoção e defesa dos interesses africanos no âmbito continental e mundial.

A OUA resultou de um compromisso entre os dois principais grupos do movimento pan-africanista, cujo principal objectivo era a libertação dos povos africanos: a ala mais radical, representada por nacionalistas como Kwame Nkrumah que defendia uma forma de governo unitário e um alto comando militar em nível continental (grupo de Casablanca) e a ala mais conservadora dos leaders “pró-ocidentais” de países como a Nigéria, a Costa do Marfim e a Libéria, que defendiam uma integração política e económica do Continente mais gradual (Grupo de Monróvia). Apesar dos antagonismos, ambos os grupos partilharam a ideia da criação de uma instituição pan-africana orientada por princípios da soberania dos Estados, da não-interferência nos assuntos internos dos Estados membros e da inviolabilidade das fronteiras nacionais. Os grandes desafios da organização eram, então, a libertação do continente das garras do colonialismo e da política do Apartheid, a mediação e resolução pacífica dos conflitos, a cooperação económica e maior solidariedade intra-africana. As maiores conquistas foram, sem dúvida, em termos da luta ao colonialismo europeu e ao

racismo; o fim da política do Apartheid na África do Sul e de 82 anos de luta conduzida pelo African National Congress. Foram, outrossim, alcançados importantes resultados em termos de resolução de conflitos territoriais.

“Pensar para melhor agir”, na acepção de Amílcar Cabral¹ estava estritamente ligado ao que ele entendia por “independência de pensamento e de ação” com “os pés fincados na terra”. Por outras palavras, a evolução da luta de libertação, no caso concreto da Guiné e de Cabo Verde e, de forma mais ampla, das demais colônias africanas de Portugal², dependia da forma como os próprios problemas seriam pensados, sendo fundamental aliar os dois elementos: pensamento e ação/ação e pensamento a par de uma visão clara da própria realidade. A realização da revolução pressupunha, no caso das colônias portuguesas, não apenas partir da apreensão das próprias realidades, mas também do conhecimento de outras experiências históricas capazes de proporcionar exemplos positivos de transformação social. A este propósito, Cabral referiu que,

no quadro dessa independência relativa de pensamento e de ação (relativa porque mesmo no nosso pensamento somos influenciados pelo pensamento de outros, porque não somos os primeiros a fazer uma luta de libertação nacional, uma revolução, há outros que fizeram, há outras experiências, não fomos nós que inventámos a guerra de guerrilha, nós inventámo-la na nossa terra) temos que ter consciência de que não há luta nenhuma que se possa fazer sem aliança, sem aliados. Em todas as lutas temos que ter uma opção, quer dizer, temos que um caminho ou outro (...). Para isso, temos que ter consciência, primeiro, de quem são os nossos aliados dentro de África e no mundo. (CABRAL, 1976, p.160).

Paralelamente, parece-me de particular relevância sublinhar a questão da “unidade e luta” nas reflexões de Amílcar Cabral sobre as independências africanas. Numa análise articulada, reportando-se especificamente aos casos da Guiné e de Cabo Verde, Cabral procurou esclarecer o “sentido dinâmico, de movimento” da unidade; isto é, nas condições de luta das duas colônias, a unidade traduzia-se na capacidade concreta de o movimento de libertação nacional “transformar um conjunto diverso de pessoas num conjunto bem definido, buscando um caminho” (CABRAL, 1976, p.117). Por outras palavras, a unidade só

¹ Sobre a biografia de Amílcar Lopes Cabral vejam-se: Julião Soares Sousa (2011), *Amílcar Cabral (1924-1973). Vida e obra de um revolucionário africano*, Lisboa, Nova Vega (1 edição); Oscar Oramas, *Amílcar Cabral. Para além do seu tempo*, Praia, Edições Unicv, 2014.

² Angola, Moçambique e São-Tomé e Príncipe.

seria possível a partir de condições de diversidade tendo em vista um objetivo comum. Como afirmou o pensador, “o fundamento principal da unidade reside na diferença entre as coisas” (CABRAL, 1976, p.118).

No caso dos países africanos de língua oficial portuguesa (e dos países africanos na globalidade), a unidade traduziu-se em um conjunto de ideias capazes de constituir as bases para a criação de sociedades novas, alternativas às sociedades coloniais. Neste sentido, Amílcar Cabral entendeu a unidade como sendo “qualquer coisa que temos que realizar para podermos fazer outra coisa”³. Isto é, a unidade foi um meio, através do qual o movimento de libertação procurou alcançar um fim, a libertação dos povos africanos da condição colonial e a reapropriação das terras ocupadas pelos colonos. Na mesma linha de pensamento, o filósofo moçambicano Severino Ngoenha, referindo-se à importância da construção de um pensamento autônomo por africanos sobre a própria história afirmou que

menosprezar a nossa diferença, a nossa alteridade, o nosso passado e, portanto, a nossa história, demonstra simplesmente a incapacidade de abarcar a história como experiência global do homem, que não é sempre e em toda a parte igual. Mas isso é mais grave ainda quando nós mesmos chegamos a pensar que para ser homens, civilizados, precisamos eliminar a nossa diferença, assassinar a nossa alteridade e adequarmo-nos à imagem prometeica que a civilização ocidental representa no mundo político (...). Este procedimento leva à absolutização não só das admiráveis conquistas técnicas e científicas do ocidente, mas também dos seus defeitos. (NGOENHA, 1992, p.21).

No entanto, volvidos mais de cinquenta anos das independências africanas de um modo geral e mais de quarenta no caso dos PALOP⁴, muitos são os problemas que assolam esses países, onde a História ocupa lugar “primordial”. No caso das ex-colônias portuguesas,

³ Ivi, p.119.

⁴ PALOP é a denominação atribuída ao conjunto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa outrora colônias de Portugal (Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique), tornados independentes entre 1973 e 1975 por meio de lutas de libertação (armadas nos casos da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique), também conhecidos como os países de segunda descolonização. Pelas suas condições históricas específicas e experiências de luta comum (em nível político e diplomático) no quadro das independências, os PALOP têm desenvolvido mecanismos de cooperação, seja no quadro de organizações regionais e continentais africanas, seja no quadro de uma cooperação multilateral com outras organizações internacionais, entre as quais se destaca a União Europeia, com vista a implementação de esforços visando à modernização e ao desenvolvimento dos referidos países (veja-se a propósito o documento “Quadro da cooperação. PALOP (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe) / Comunidade Europeia. Programa Indicativo Regional, VIII/164/97-PT, http://ec.europa.eu/development/body/region/docs/rp_pt.pdf, acessado em 28 jun. 2018).

constata-se uma evidente e preocupante crise de consciência histórica em várias dimensões, mas essencialmente iguais. Crise que, na perspectiva do filósofo bissau-guineense Filomeno Lopes, deriva, sobretudo, de um problema paradigmático e da necessidade de uma mudança de paradigma. Refere a propósito que,

(...) até quando nós continuarmos a analisar os nossos problemas (passado-presente-futuro), permanecendo prisioneiros do paradigma norte-europeu-ocidental, jamais conheceremos a exaltação da tão auspicada liberdade que almejamos desde o período da conquista a esta parte (...). Melhor do que nós africanos, os europeus saberão como construir esta nova Europa em África, precisamente porque estão mais dotados que nós em termos paradigmáticos de construção do espaço e do imaginário europeu. (LOPES, 2018, p. 105).

Tornar-se independentes, nesta perspectiva, implica, necessariamente, a busca de novas formas de pensar e um pensamento novo, endógeno, capaz de produzir aquilo a que Amílcar Cabral apelou de “ideologia teórica”, isto é, um paradigma endógeno sobre o qual os africanos terão que edificar a própria existência com base em uma reflexão histórica. No caso dos PALOP, se, por um lado, a história produziu intelectuais como Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane, Agostinho Neto, Marcelino Santos, entre outros, que foram capazes de recuperar a dignidade dos próprios povos a partir da “filosofia da história pés-no-chão”, colocando os interesses das nações e dos povos em primeiro lugar, na contemporaneidade, os africanos parecem ser os únicos que, como sustenta Filomeno Lopes (2018, p. 106), “pensam o que não vivem e vivem o que não pensam”, consumindo o que não produzem e produzindo o que não consomem. Nestas condições, impõe-se uma mudança de paradigma no qual a vida possa ser vista sob um olhar positivo, fora da lógica do mimetismo racional do mundo ocidental.

São inegáveis os esforços empreendidos e os resultados obtidos no continente africano na era pós-independência em busca de melhores vias que pudessem conduzir à democratização das sociedades e ao desenvolvimento sustentado. No entanto, ao analisarmos o percurso político dos Estados africanos a partir da década de 1990, conhecida como a fase da “terceira vaga” da democratização, damos-nos conta não só do fracasso de muitas jovens democracias em diversos países da África em geral (e da região da África ocidental em particular), como, também, da persistência de grandes contrastes e descontinuidades em várias delas. Em lugar de se transformar novamente num espaço aberto à circulação de pessoas, de ideias, de bens e serviços, foi-se verificando uma progressiva tendência à fragmentação dos Estados, sem voz nem força no quadro das

relações internacionais A forma como a maioria deles tem vindo a ser governado - sem ter em conta as diversidades internas e critérios como a inclusão e a equidade (veja-se os acontecimentos de 2010-2011 na África do Norte) - conduziu ao inevitável ressurgimento de movimentos separatistas e à fragmentação de Estados (são exemplos os casos do Sudão do Sul independente desde Junho de 2011, as ameaças separatistas na Nigéria do norte, no delta do Níger e no norte do Mali).

Este quadro geral sobre a “saúde” do continente africano obriga-nos, como africanos, a ter que fazer uma séria reflexão sobre uma questão que, em minha perspetiva, se afigura fundamental, isto é, a definição de uma Agenda Africana para o século XXI face aos atuais desafios dos Estados nacionais.

O “25 de maio” e os novos desafios africanos

No dia 25 de Maio de 2017 foi publicado um interessante artigo no “Jornal de Angola” dedicado ao dia de África⁵. O artigo apontava para algumas questões que me parecem importantes para uma reflexão global, para os africanos e para todos os que, de uma forma ou de outra, se interessam pelas questões do Continente. O artigo começou por enaltecer os ganhos e os feitos dos países africanos nos últimos 54 anos. Como já referi, foram, certamente, muitas as conquistas no sentido da luta pela liberdade dos povos e da unidade. No entanto, se ontem a prioridade foi a independência e o direito a uma existência digna, colocando o valor da vida humana em primeiro lugar, hoje, o desafio parece ser a necessidade de transformar o potencial africano em certezas, o saber em poder, com centralidade nas populações. A África da década de 1960 e de 1970 pôde contar, para o seu processo de transição, com lideranças visionárias como Amílcar Cabral, Kwame Nkrumah, Julius Nyerere, Nelson Mandela, homens que não apenas tinham demonstrado uma evidente capacidade intelectual, mas que também tinham sido ambiciosos, ousados e sofisticados, conjugando ambição, ousadia e sofisticação com projetos políticos, sociais e culturais bem definidos e partilhados pela maioria, projetos esses que hoje parecem escassear sempre mais a nível do continente africano.

⁵ http://jornaldeangola.sapo.ao/reportagem/os_novos_desafios_de_africa (acessado em 25 maio 2017).

O artigo, a partir de algumas reflexões interessantes do acadêmico guineense Carlos Lopes, antigo Secretário Geral Adjunto da ONU, aponta para três questões fundamentais para pensar o futuro africano:

- a) *Aposta na industrialização*, isto é, para que os países africanos possam estar na condição de superar as atuais dificuldades econômicas, terão que apostar na valorização de produtos industriais, procurando libertar-se cada vez mais da dependência crônica em relação às matérias primas. Assim, duas escolhas são necessárias: apostar na exportação de bens de consumo, no sentido de beneficiar diretamente as populações africanas mais do que os estrangeiros, por um lado e, por outro, promover a industrialização voltada para o mercado intra-africano, criando zonas de comércio livre, aumentando significativamente as receitas e o crescimento econômico, promovendo, deste modo, a criação e a consolidação de uma classe média africana.
- b) *Valorização dos jovens*, segundo o Relatório “África no ponto crítico” da Fundação Mo Ibrahim deste ano, existe, hoje, uma evidente discrepância entre a idade média da população africana (20 anos) e a dos seus governantes (66 anos), fato que, entre outros, tem provocado entre as camadas mais jovens um sentimento de desinteresse pelos políticos e pelas questões políticas, isto associado a uma elevada taxa de desemprego e aos problemas sociais que daí derivam. A consequência mais imediata é a fuga de jovens qualificados dos próprios países, o que se pré-anuncia como um sinal de retrocesso para o Continente. É necessário, portanto, pensar estratégias de redução dos níveis de desigualdades sociais e de gênero e criar espaços de debate de ideias entre gerações capazes de proporcionar reflexões aprofundadas sobre o passado e sobre o presente, um espaço que possa ser terapêutico, onde se possa exorcisar os fantasmas do passado, reconhecer os próprios erros e pedir desculpas por tê-los cometido. Onde se possa esclarecer equívocos.
- c) *Reformas*: a recente iniciativa, em nível da União Africana, da implementação de uma Comissão de altos quadros africanos, especialistas em várias áreas, comissão essa liderada pelo presidente rwandês, Paul Kagame) para pensar propostas aos novos desafios do continente, apresentou, recentemente, um relatório contendo algumas ideias que se resumem nas três seguintes alíneas:

- Promover a livre circulação de pessoas e bens a nível continental;
- Criar de uma zona de comércio livre e um espaço único aéreo africano que facilitem as companhias africanas a operarem livremente;
- Promover a integração continental através do fortalecimento dos blocos económicos regionais (CEDEAO, CEEAC, SADC).

As questões acima colocadas reconduzem-me aos conteúdos da “Agenda 2063”, sob o lema “A África que queremos”, subscrita pelos chefes de estado africanos em janeiro de 2015, na capital da Etiópia e sede da União Africana, Adis Abeba. O documento constitui um instrumento de referência na definição de políticas em nível continental africano. Define os grandes temas e as questões que deverão constituir os alicerces do projeto comum da África do século XXI. A partir das “vozes dos povos africanos e suas diásporas” comprometidos com a história, o documento reafirma a importância de uma África unida na luta pelo avanço das suas populações. Nele é sublinhado “o legados das gerações pan-africanistas”, de forma particular dos fundadores da O.U.A. A Agenda aponta para alguns aspetos considerados cruciais para a conquista da autonomia do continente. Entre eles: mobilização dos povos e sua apropriação dos programas continentais; autoconfiança e financiamento da África para o seu próprio desenvolvimento; a importância de estados e instituições capazes, inclusivos e responsáveis em todos os níveis e em todas as esferas; a importância de as comunidades económicas regionais como blocos fundamentais para a unidade continental, tendo em conta os desafios enfrentados tanto pelos estados insulares como pelos estados encravados, assumirem responsabilidade e responsabilizarem os nossos governos e instituições em relação aos resultados. Nestes termos, a criação de uma liderança transformadora dependerá essencialmente da autoconsciência capaz de impulsionar e defender os interesses do continente africano. Paralelamente, a Agenda aponta para algumas “aspirações para a África que queremos”. Destaco, entre eles:

- a) Uma África próspera, baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável. Para alcançar este objetivo, na visão da “Agenda 2063”, será estritamente necessário apostar, entre outros, na modernização da agricultura, capaz de garantir o aumento da produção e da produtividade, a prosperidade dos agricultores e a segurança alimentar coletiva do continente africano. Por outro lado, é preciso apostar no desenvolvimento do capital humano, em particular modo no investimento no ensino (fundamental e superior), na pesquisa, na ciência

e na inovação. O objetivo é o de reforçar o acesso ao ensino da pós-graduação e eliminar, paulatinamente, a disparidade de gênero. Neste sentido, é importante criar as condições de base para a industrialização do continente e, por conseguinte, a independência a que se refere Carlos Lopes e que dependerá, em boa parte, da capacidade de os países africanos implementarem as medidas acima mencionadas, através de mecanismos de cooperação regional e/ou continental.

- b) Um a segunda dimensão, integrada na visão de futuro do continente africano, tem que ver com o “renascimento africano”, pressupondo a transformação das sociedades africanas com base em uma interação entre objetivos de caráter político (eliminação dos vestígios de colonialismo e de todas as formas de opressão em todos os territórios africanos onde ainda estão presentes⁶) e os de caráter econômico (desenvolvimento de redes de caminhos de ferro de alta velocidade, estradas, transportes marítimos e linhas de navegação, transportes aéreos, economia digital, entre outros), sendo que a unidade política será o culminar do processo de integração, incluindo a livre circulação de pessoas, a criação de instituições continentais e a plena integração econômica. Neste quadro, a valorização dos jovens no debate entre gerações, assim como a sua participação ativa nas relexões sobre a construção de novas sociedades⁷ será fundamental. Tal como sublinhada na “Agenda 2063”:

Os jovens africanos de sexo masculino e feminino serão progenitores da sociedade do conhecimento africano e contribuirão significativamente para a inovação e o empreendedorismo. A criatividade, energia e inovação da juventude africana serão a força motriz da transformação política, social, cultural e econômica do continente. (Agenda 2063-versão popular, 2015, p. 11).

⁶ A Agenda 2063 traz os exemplos do Arquipélago de Chagos, da ilha Comorense de Mayotte e do Saara Ocidental.

⁷ No âmbito das lutas nacionalistas dos PALOP, o conceito de “nova sociedade” foi amplamente desenvolvido por Amílcar Cabral em relação à Guiné-Bissau e Cabo Verde e, mais tarde, retomado por Samora Machel em relação a Moçambique. A construção de novas sociedades, livres do colonialismo, pressupunha, a priori, o desenvolvimento de uma capacidade endógena e de um pensamento teórico alternativo às propostas ocidentais a partir do qual refletir as realidades africanas e pensar novos sujeitos africanos protagonistas do próprio destino. Esta orientação proporcionaria, na visão teórica de Cabral, a construção de instituições sólidas e a edificação de estados fortes e autônomos (para aprofundamento veja-se Amílcar Cabral, *Pensar para melhor agir*, Praia (Cabo Verde), Fundação Amílcar Cabral, 2014; Patrícia Gomes (2010), *Os fundamentos de uma nova sociedade: o PAIGC e a luta armada na Guiné-Bissau*, Torino, L’Harmattan Italia).

Estas preocupações são as mesmas apontadas por Carlos Lopes nas suas reflexões sobre o papel dos jovens na definição de estratégias e de políticas de redução dos níveis de desigualdades sociais e de gênero e na criação de espaços de diálogo.

Pensando estas questões, inevitavelmente, vêm-me à memória as reflexões do filósofo beninense Paulin Houtondji (1989, p.107-118) sobre as problemáticas e os desafios que enfrenta a produção do conhecimento em África. Na sua análise, Houtondji parte de um simples questionamento: será que a forma como o conhecimento é elaborado e transmitido satisfaz aos cientistas sociais africanos? O autor aponta para alguns elementos importantes a considerar no debate sobre a necessidade de um reposicionamento dos intelectuais, daquilo a que chama de “mundo periférico” (o mundo dependente do ponto de vista industrial e tecnológico dos países considerados mais avançados).

Em primeiro lugar, impõe-se uma perspetiva analítica qualitativamente relevante em termos da pesquisa científica, isto é, o alcance de resultados significativos em termos da produção de conhecimento depende das modalidades de escolha dos temas, das exigências sociais e práticas das quais derivam essas escolhas, do lugar geográfico de onde provêm as demandas, do destino real dos resultados das pesquisas, onde e como esses resultados são registados, conservados e capitalizados, quem se beneficia dos resultados desses estudos e como esses estudos são apropriados pelas comunidades às quais se destinam.

Em segundo lugar, Houtondji alerta a comunidade intelectual africana para o risco da “extraversão do conhecimento”, fenómeno que não deve ser visto apenas em termos de mera contraposição e de graus diferenciados de desenvolvimento entre sociedades industrializadas e sociedades tecnicamente dependentes, mas sim, como um problema de orientação e de modo de funcionamento da pesquisa científica. Em lugar de se autocentrar nas questões suscitadas pelas próprias sociedades, o conhecimento produzido pelos africanos e sobre África foi fundamentalmente orientado e subordinado a demandas externas, conduzindo a uma situação de dependência crônica. É nesta mesma linha de pensamento que o antropólogo sulafricano, Archie Mafeje (2011) afirmou que os intelectuais africanos, antes de se redescobrirem, foram condicionados a uma forma de “contemplanção extravertida” sobre o “nosso futuro comum”. Tais construções de autoafirmação conduziriam, na perspetiva de Mafeje, apenas a formas de “guetização” (isolamento) dos intelectuais africanos.

Enfim, Houtondji aponta para a problemática do “vazio teórico”, retomando o discurso sobre a condição colonial dos países periféricos, especialmente os africanos. Se, por um lado, as colônias serviram como reservatórios de matérias primas destinadas a alimentar indústrias e fábricas das metrópoles, por outro lado, funcionaram como fornecedoras de dados científicos para os centros de pesquisa dos países avançados, responsáveis pelo tratamento teórico e pela sua inserção nos próprios sistemas de conhecimento. Portanto, mais do que um “vazio industrial”, em termos de atividade econômica (o mesmo problema para o qual as reflexões de Carlos Lopes apontam), os países colonizados se caracterizaram por um profundo “vazio teórico”. Neste quadro geral, as populações africanas, consumidoras dos produtos e da ciência criada no “norte do mundo” (Europa ocidental, EUA e Canadá), mantiveram-se por muito tempo alheias ao modo de produção de conhecimento, verificando-se uma sobreposição às próprias realidades.

As reflexões de Paulin Houtondji são, na minha perspectiva, particularmente pertinentes para entender as questões levantadas pelo acadêmico guineense Carlos Lopes no artigo publicado pelo Jornal de Angola no último 25 de maio. Emerge desta leitura a necessidade de uma redefinição de espaços africanos unificados que deverão constituir a força do continente. No entanto, um trabalho desta dimensão requer grandes investimentos em termos analíticos e intelectuais, mas requer, sobretudo, uma visão de longo prazo que, inevitavelmente, entrará em conflito com muitas das atuais políticas caracterizadas por objetivos de curto prazo, finalizadas à instrumentalização do poder e à satisfação de interesses individuais e externos. Torna-se evidente que as forças africanas necessitam se organizar e projectar a longo prazo. Por outras palavras, há que ter a capacidade de, por um lado, analisar, interpretar e adquirir conhecimento e, por outro, transformar esse saber em poder.

Localizando as reflexões a partir do debate africano

Mas, que utilidade terá toda a reflexão que até ao momento procurei fazer se não como inspiração para pensar uma realidade concreta? E que relevância poderá ter para os estudos que venho conduzindo sobre o tema da participação das mulheres nas resistências anticoloniais, das relações de gênero e sobre os feminismos africanos? Amílcar Cabral, eminente intelectual africano e teorizador das lutas de libertação nas então colônias africanas

de Portugal, hoje PALOP, referindo-se ao contexto colonial guineense do qual provinha, concluiu que a libertação dos africanos deveria, necessariamente, passar pela dupla desconstrução do discurso colonial (política e econômica) e pela construção de uma capacidade endógena capaz de romper com os modelos teóricos e epistemológicos existentes, procurando tanto quanto possível inverter as relações de produção de conhecimento. Mas para isso era necessário “partir da realidade concreta da nossa terra para orientar a luta de forma correta”, entendendo por tal a compreensão das complexidades socioculturais e das relações de poder, sociais e de gênero, em todo o território guineense, e a definição de uma estratégia eficaz de luta ao colonialismo português.

Amílcar Cabral foi o primeiro a teorizar sobre a participação das mulheres guineenses na luta armada, tendo, desde logo, reconhecido a sua relevância no mais amplo processo de libertação da Guiné-Bissau. Mas fê-lo a partir de um conhecimento profundo e detalhado dos povos que compunham o território, das relações de gênero nas diferentes realidades locais, das diferenças regionais e dos desafios de cada comunidade perante o projeto libertário. Como discutiu a nigeriana Oyeronké Oyěùwmí, qualquer que seja a análise sociológica de uma determinada comunidade, exige, antes de mais, a devida contextualização e a consideração das especificidades no sentido de alcançar resultados relevantes. E foi na mesma perspetiva que Amílcar Cabral entendeu a construção de uma “nova sociedade”.

Tanto a análise sociológica da realidade guineense feita por Cabral quanto as construções teóricas e as propostas metodológicas dos autores citados têm-me auxiliado, particularmente, na minha busca de um entendimento das realidades que estudo. Neste sentido, as discussões trazidas pela socióloga Oyěùwmí para o debate acadêmico sobre a “racialização” do conhecimento, em que a Europa tem sido o centro de produção dos modelos teóricos, de conceitos e de metodologias de trabalho, e a África a grande “consumidora” do produto final, a sua abordagem crítica sobre a aplicabilidade do conceito de gênero nas realidades africanas (enquanto categoria analítica utilizada para explicar a opressão das mulheres e as desigualdades de gênero em nível global e assumida como sendo universal) têm-me proporcionado reflexões mais articuladas em relação ao contexto guineense, permitindo-me entender o fato de que as categorias e os conceitos que vinha utilizando - gênero, mulher, emancipação, libertação, patriarcado, entre outros - nem sempre eram os que melhor explicavam as mulheres pertencentes aos vários povos do meu

país, entre os quais Pepel, Balanta, Bijagó, Mandinga, Fulas, etc, e as relações sociais e/ou desigualdades.

Impunha-se, portanto, um esforço analítico importante da minha parte no sentido da compreensão dos significados dos dados que, recolhidos do terreno e da sua tradução na língua portuguesa, já que uma parte significativa dos meus estudos tem como centralidade a reconstrução biográfica de histórias de vida de antigas combatentes como forma de compreender o processo da luta armada na Guiné-Bissau, vozes essas fundamentalmente silenciadas do processo de construção do conhecimento sobre a luta de libertação e dos discursos sobre o desenvolvimento. Como referiu a socióloga guineense Diana Lima Handem (1989),

nos documentos posteriores à independência, a participação da mulher na produção agrícola foi considerada como atividade secundária, de «apoio», o que a relegou, quando não era chefe de família, para as fileiras das mulheres domésticas, donas de casa. Esta atitude metodológica baseada na definição patriarcal do conceito do trabalho não é particularmente nossa. Ela verifica-se na maior parte dos países e é consequência de convicções de ordem ideológica.

No caso guineense, verificou-se, no período pós-independência, em nível institucional, o não reconhecimento da contribuição das mulheres na atividade agrícola (a mais importante entre as atividades econômicas), fato evidente, sobretudo, na opacidade dos dados nas estatísticas oficiais. A notável ausência de informações e dados sobre a condição das mulheres revelou-se um dado indicativo da grandeza do trabalho que é necessário realizar na Guiné-Bissau sobre o tema da Mulher e relações de gênero em termos de pesquisa fundamental.

Ainda no campo dos estudos de gênero, algumas pesquisas têm formulado críticas pertinentes relativas ao viés patriarcal na forma como as experiências históricas africanas são narradas. É o caso do trabalho da pesquisadora Ruth Iyob (2005), que mostra, de forma clara e detalhada, o papel de liderança das mulheres na luta de independência da Eritreia, defendendo que qualquer política emancipatória que desconsidere as diferentes formas de opressão, sejam elas de gênero, raça, classe social, relações econômicas ou de outro tipo, limita necessariamente a visão e a percepção da libertação.

Debater estas questões e procurar formas de reverter este estado de coisas constitui uma forma de reconhecer as desigualdades de gênero historicamente perpetradas e buscar novos equilíbrios e novos paradigmas, em nível local e global africano. Tal postura pressupõe,

no meu entendimento, um comportamento feminista no sentido em que o entende a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2015), isto é, acreditar na igualdade de oportunidades em termos políticos, econômicos e sociais entre os sexos. Estas e outras questões têm constituído objeto de análise por parte de diversos estudiosos africanos, tal como referenciado num recente artigo publicado pelo *Codesria Bulletin*⁸. Nele, Patience Mususa (2018, p. 5-6) faz uma breve, mas densa, reflexão sobre “quem define a Agenda Intelectual Africana”, a partir de conteúdos produzidos por estudiosos africanos (e da diáspora) em relação a temas e argumentos que têm orientado essas produções. O autor sustenta que diversos acadêmicos africanos⁹ têm argumentado que a “Agenda Intelectual Africana” foi, em boa medida, definida a partir de pressupostos e interesses euro-ocidentais e com base em modelos relacionais de caráter colonial. Paralelamente a esta realidade, as economias emergentes na Ásia e América Latina como a China, a Índia e o Brasil, têm contribuído para ampliar o leque de países/regiões interessadas em produzir conhecimento sobre África, trazendo para o debate intelectual novas perspectivas de relações “sul-sul”.

Por outro lado, a falta de suporte financeiro e de investimento na Agenda Intelectual Africana por parte dos estados e governos do continente tem impactado negativamente no tipo de conhecimento produzido; segundo Mkadawire (2000), a África tem sido caracterizada por uma evidente desproporção entre o que os estudiosos sabem sobre o próprio mundo e o que aprendem nas universidades, por um lado, e o grau de aplicabilidade desse conhecimento nas suas sociedades, por outro. Neste sentido e em sintonia com Paulin Houtondji e Oyeronké Oyěwùmí, Tandika Mkadawire mostra como a maioria dos estudiosos africanos têm servido a interesses dos poderes dominantes mais do que aos interesses das próprias sociedades. É nesta mesma linha de pensamento que o acadêmico ugandês

⁸ Os artigos publicados nestes números do Boletim do CODESRIA vertem sobre alguns dos grandes temas e debates em curso no continente africano e as grandes questões de futuro com as quais a África terá que se confrontar, em um discurso mais amplo sobre o processo de desenvolvimento. Entre os principais temas: o diálogo intelectual entre regiões e gerações africanas, o debate sobre as reformas do ensino superior e a sua relação com a produção de conhecimento, a luta contra a resiliência das estruturas e instituições de caráter colonial, especialmente nas universidades e centros de pesquisa, por excelência incubadores de projetos coloniais modernizantes.

⁹ Entre os acadêmicos africanos que têm discutido a questão vejam-se: Kwesi K. PRAH (1997), “North/South Parallels and Intersections: Anthropological Convergences and Divergences in the Study of Africa”, *Critique of Anthropology*, Vol. 17, No. 2, pp. 439–445; Ifi AMADIUME (2005), “Theorizing Matriarchy in Africa: Kinship Ideologies and Systems in Africa and Europe”, *African Gender Studies. A Reader*, New York, Palgrave Macmillan, pp. 83–98; Yves-Valentin MUDIMBE (1994), *The Idea of Africa*, Indiana University Press; Oyeronké OYĒWÚMÍ (Edited by) (2011), *Gender epistemologies in Africa*, New York, Palgrave Macmillan.

Mahmood Mamdani (2011) criticou o aumento de trabalhos de consultoria nas universidades africanas em detrimento do desenvolvimento da pesquisa fundamental, respondendo, muitas vezes, a agendas internacionais e, não necessariamente, a interesses locais¹⁰.

Conclusão

A África precisa, indubitavelmente, de novos paradigmas, como já referido neste texto. De acordo com Patience Mususa, a ruptura de relações neocoloniais na construção do conhecimento na área das ciências sociais impõe ao continente não apenas a apropriação dos seus recursos numa perspectiva descolonial, mas, também, a luta contra a noção de “desenvolvimento” relacionada à desapropriação e à narrativa da “emergência”. Neste debate “pan-africanista” e em consonância com a “Agenda 2063”, têm surgido inúmeros trabalhos de pesquisa e no campo da literatura, realizados por mulheres africanas que procuram mostrar não apenas as complexidades do continente por meio da variedade de histórias, bem como experiências cosmopolitas que olham para a África não como uma realidade isolada, mas como parte de um mais amplo sistema de relações¹¹.

Como escrevi recentemente num artigo,

é importante conhecer a história dos dominadores a partir de quem deteve o poder, mas é igualmente importante que essas histórias sejam narradas a partir do olhar de quem viveu as experiências sob a condição de dominado e de subalterno. No caso da Guiné-Bissau e dos meus estudos específicos, as vozes femininas subterrâneas da História da libertação que tenho procurado trazer para o debate acadêmico representam os sucessos e os limites de um

¹⁰ Em um dos meus últimos trabalhos (GOMES, 2017: 27-45), procurei discutir, na mesma perspectiva, a relativa ausência de mulheres na produção acadêmica da Guiné-Bissau. Entre os fatores que têm influenciado esta tendência e a relativa falta de engajamento na pesquisa fundamental, a prevalência de estudos de mercado e relatórios de consultorias que, como referi, “embora importantes, são resultados de projetos financiados fundamentalmente por organizações internacionais com objetivos imediatos. Esses estudos não possuem certamente a mesma densidade da atividade científica acadêmica e apresentam tempos diferentes de maturação” (ivi, p.43).

¹¹ Uma nova geração de mulheres africanas vem escrevendo sobre estas questões, com perspectivas descoloniais e inovadoras, no continente e na diáspora. Entre elas: Mary KOLAWOLE (2002), “Transcending incongruities: rethinking feminisms and the dynamics of identity in Africa”, *Agenda: empowering women for gender equity*, n.54, pp.92-98; Oyeronké OYĒWÚMÍ (2017), *La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales de género*, Bogotá (Colombia), Editorial en la frontera (edição traduzida por Alejandro Montelongo González); Ayaan HIRSHI ALI (2007), *Infel: a história de uma mulher que desafiou o islã*, São Paulo, Editora Schwarcz; Yaa GYASI, *O caminho de casa*, RoccoDigital (disponível em LeLivros.org); Né VAZ (2017), *Pérola roubada*, Lisboa, Chiado Editora; Leonora MIANO (2009), *Contornos de um dia que vem vindo*, Rio de Janeiro, Editora Pallas; Taiye SELASI (2013), *La bellezza delle cose fragili*, Torino, Giulio Einaudi Editore; Noviolet BULAWAYO (2014), *Precisamos de novos nomes*, Editora Biblioteca Azul.

processo que viu como protagonistas as populações guineenses, mais especificamente as mulheres” (GOMES, 2016, p.142).

Em conclusão e na tentativa de refletir globalmente sobre tudo quanto acabo de escrever, parece-me fundamental que, como africanos, procuremos, antes de mais, questionarmo-nos sobre o caminho percorrido desde a independência e sobre a forma como o conhecimento relativo às nossas sociedades tem sido produzido e transmitido. Pensar criticamente os processos históricos africanos pressupõe, com a devida modéstia que me é exigida, estudo, seriedade, dedicação, respeito, humildade e amor. Só então estaremos na condição de produzir um conhecimento situado, autônomo e relevante na África, por africanos e sobre africanos.

Referências

AGENDA 2063 - A ÁFRICA QUE QUEREMOS. Edição final publicada em 2015, Comissão da União Africana, 15pp. (disponível em <https://au.int/en/agenda2063/popular-version>, acessado em 29 jun. 2018).

CABRAL, A. Independência de pensamento e de ação. In: ANDRADE, M. de (Org.) **Obras escolhidas de Amílcar Cabral**. A arma da teoria-unidade e luta I. Lisboa: Seara Nova, 1976. p.160-162.

HANDEM, D.L. A mulher e o desenvolvimento. In: HANDEM, D. L.; SILVA, F. D. (Orgs.). **A Guiné-Bissau a caminho do ano 2000**. Bissau (Guiné-Bissau): Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1989. p. 251-277.

HOUTONDJI, P. Investigação e extraversão: elementos para uma sociologia da ciência nos países da periferia. **Soronda- Revista de Estudos Guineenses**. Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa-INEP, 1989. p.107-118.

IYOB, R. Madamismo and Beyond: the construction of Eritrean women. In: **Italian Colonialism**, New York (US): Palgrave Macmillan. 2005. p. 233–244.

LOPES, F. Filodramática. **Os PALOP entre a filosofia e a crise de consciência histórica**, Maputo, Instituto Missionário Filhas de São Paulo- Maputo (Moçambique), 2018

MAFEJE, A. Africanity: a combative ontology. In: DEVISCH, René; NYAMNJOH, Francis (Eds.). **The postcolonial turn. Bamenda (Camerun)**: Langaa Research and Publishing Common Initiative Group, 2011. p. 31-44.

MAMDANI, M. 2011. **Africa's Post-colonial Scourge**. Mail & Guardian Getting Ahead, p. 27.

MKADAWIRE, T. Non-organic Intellectuals and “Learning. In: **Policy-making Africa**. Learning in development co-operation. 2000. p. 205.

MUSUSA, P. Who is setting Africa's intellectual Agenda?. **CODESRIA Bulletin**, Dakar, ns. 1/2, p. 5-6, 2017.

NGOENHA, S. **Por uma dimensão moçambicana da consciência histórica**. Porto: Edições Salesianas, 1992.

GOMES, P. G. As outras vozes. Percursos políticos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. **ODEERE**- Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, UESB, Ano 1, n.1, p.121-145, Janeiro-Junho 2016.

GOMES, P. G. De emancipadas a invisíveis: as mulheres guineenses na produção intelectual do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. In: GOMES, P. G.; ALVES FURTADO, C. (Orgs.). **Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico**. Mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero, Salvador: EDUFBA. 2017. p.27-45.

Dados da autora

Patrícia Godinho Gomes

Doutora em História e Instituições da África moderna e contemporânea pela Universidade de Cagliari (Itália). Professora Visitante no Programa Multidisciplinar de Estudos Étnicos e Africanos-*Pós-Afro*, Universidade Federal da Bahia-UFBA. E-mails: patuxagomes@gmail.com; patricia.godinho@ufba.br